

CORREIO ECONÔMICO

Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

POR
MARTHA IMENES

Banco Central é o órgão que divulga o Boletim Focus

Mercado reduz previsão da inflação para 4,43% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - passou de 4,45% para 4,43% este ano. A estimativa foi publicada no boletim Focus de segunda-feira (1º), divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,18% para 4,17%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

0,09%

A redução na conta de luz puxou a inflação para baixo e fez o IPCA fechar outubro em 0,09%, o menor para o mês desde 1998, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em setembro, o índice havia marcado 0,48%. Em outubro de 2024, a variação foi de 0,56%.

4,68%

Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses é 4,68%, a primeira vez, em oito meses, que o patamar fica abaixo da casa de 5%. Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a Selic, definida pelo Copom em 15% ao ano.

100% da multa

A sugestão altera a Lei 8.036/1990 do FGTS para que 100% da multa e dos juros de mora sejam destinados ao trabalhador prejudicado. O instituto lançou a campanha nacional com coleta de assinaturas online no link www.abaixoassinado.org.br até 15 de dezembro.

R\$ 27 bilhões

De 2001 a 2024, o FGTS arrecadou R\$ 27 bilhões em multas e juros sobre depósitos realizados em atraso. Esse dinheiro, que deveria indenizar o trabalhador lesado, foi todo para a conta Patrimônio Líquido do FGTS, que pela lei pertence ao governo federal.

Distribuição

Desde 2016, ano em que começou a distribuição de resultados, os trabalhadores com depósitos em atraso já perderam pelo menos R\$ 9 bilhões dessa participação nos lucros. Pela lei, as empresas não têm que pagar ao trabalhador essas perdas. O prejuízo chega a R\$ 36 bi.



Divulgação

Abaixo-assinado do IFGT está disponível na internet

PL visa impedir perda de mais R\$ 30 bi aos trabalhadores

O Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador propõe Projeto de Lei para impedir perda de mais R\$ 30 bilhões aos trabalhadores. A proposta, encaminhada ao Senado e à Câmara, busca garantir que multas e juros por atraso no depósito do Fundo de Garantia sejam destinados ao empregado prejudicado, e não revertidos ao governo, e a empresa devedora pague a Distribuição de Resultados + Multas na regularização a favor do trabalhador. O instituto protocolou, no último dia 27, na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal e na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (Sugestão 9/2025).

Defesa

Diante dessa distorção histórica, o IFGT defende que o empregador seja obrigado também a pagar a distribuição de resultados que o trabalhador deixou de receber devido ao saldo menor no período sem depósito, tudo corrigido com multa e juros.



Ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho

R\$ 501,4 milhões para Cidades

O Ministério das Cidades será a única pasta do governo federal a ter recursos liberados, no valor de R\$ 501,4 milhões, após a redução do volume de recursos congelados no Orçamento de 2025, conforme detalhamento divulgado na sexta-feira (28) pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. As emendas parlamentares terão reforço de R\$ 149,3 milhões.

A liberação dos recursos consta de decreto publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União. Esse decreto prevê a redução de R\$ 12,1 bilhões para R\$ 7,7 bilhões do total de recursos congelados no Orçamento, divulgada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento no último dia 21.

Em tese, o volume de recursos liberados corresponderia a R\$ 4,4 bilhões. No entanto, como o governo cancelou R\$ 3,84 bilhões em gastos discricionários (não obrigatórios) desde setembro para cobrir

gastos obrigatórios, o total efetivamente liberado, ao somar as emendas parlamentares e a verba do Ministério das Cidades, cai para R\$ 650,7 milhões.

Bloqueios e contingenciamentos

Atualmente, o Orçamento de 2025 tem R\$ 4,4 bilhões bloqueados e R\$ 3,3 bilhões foram contingenciados. O bloqueio é adotado quando os gastos previstos superam o limite imposto pelo arcabouço fiscal. Já o contingenciamento é aplicado quando há frustração de receitas e risco de descumprimento da meta fiscal.

No caso do contingenciamento, o valor passou de zero em setembro para R\$ 3,3 bilhões em novembro porque o Tesouro Nacional terá de cobrir o déficit dos Correios.

Para cumprir o limite inferior da meta do arcabouço fiscal, que prevê déficit primário de R\$ 31 bilhões, o governo teve de contingenciar R\$ 3,3 bilhões.